FECHAMENTO -AUTORIZADO
Pode ser aberto pela E.C.T.

Jornal URBANITÁRIO
Ano XVIII - Novembro de 2026

# MTE aponta 116 infrações trabalhistas na Sabesp após PDVs

A Sabesp foi autuada em 116 infrações trabalhistas após uma fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre os programas de desligamento adotados pela companhia no período posterior à desestatização.

Os resultados foram divulgados pela pasta em 26 de outubro, após a conclusão da primeira etapa de uma auditoria conduzida pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em São Paulo.

Segundo informações do órgão, a fiscalização examinou os efeitos da reestruturação da companhia de saneamento, que resultou na saída de mais de 5 mil trabalhadores. A apuração identificou irregularidades relacionadas às jornadas de trabalho, aos períodos de descanso, à negociação coletiva e à prevenção do assédio e da violência no ambiente profissional.

IMAGEM GERADA POR IA




As multas podem variar de R$ 2,51 milhões a R$ 2,99 milhões. Os autos de infração ainda estão sujeitos a processos administrativos, nos quais a Sabesp tem assegurado o direito de defesa.

**Quadro reduzido**

Dados do MTE apontam que o quadro de empregados da Sabesp passou de 12.999 trabalhadores, em 2022, para 8.717, em 2025. A redução corresponde a um terço do efetivo, em um processo de reestruturação que incluiu três programas de desligamento (PDVs) entre o fim de 2024 e novembro de 2025.

A auditoria também identificou problemas nas jornadas dos profissionais que permaneceram na companhia. A análise de registros de ponto de unidades da empresa em todo o Estado, entre dezembro de 2025 e maio de 2026, encontrou situações de trabalho por mais de 24 horas ininterruptas, intervalos inferiores a oito horas entre jornadas e escalas sem descanso semanal.

O levantamento apontou, também, que, somente em abril e maio de 2026, foram registradas 32.148 horas extras não pagas a 3.497 trabalhadores, segundo a fiscalização.

**Sem negociação sindical**

Entre os 116 autos de infração, foi destacada a dispensa em massa de mais de 5 mil trabalhadores sem negociação sindical prévia específica.

A fiscalização considerou o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), no Tema 638, que estabelece a necessidade de intervenção sindical prévia nas dispensas coletivas.

## Pesquisa sigilosa identifica relatos de pressão e assédio

Outro ponto da fiscalização foi uma pesquisa sigilosa realizada com 659 ex-empregados da Sabesp: apenas 19,6% dos participantes consideraram que a adesão aos programas de desligamento foi totalmente voluntária.

Além disso, 38,1% afirmaram ter sofrido assédio moral, enquanto 60,9% disseram ter presenciado pressão sobre colegas.

A pesquisa também apontou que 71,3% dos participantes avaliaram que o ambiente de trabalho piorou muito ou de forma extrema durante a implantação dos PDVs.

A fiscalização identificou indícios de tratamento discriminatório relacionado à idade e à existência de ações judiciais contra a empresa. Entre os ex-empregados ouvidos, 62,5% tinham mais de 50 anos quando aderiram aos programas de desligamento.

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS URBANAS DE SANTOS, BAIXADA SANTISTA, LITORAL SUL E VALE DO RIBEIRA

Impressão: Rocket Print
Tiragem: 2.000 exemplares

EXPEDIENTE

PRESIDENTE
Tanivaldo Monteiro Dantas

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO
Ricardo Sales

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Sandro Thadeu - MTB 49.020

REDES SOCIAIS
Rafael Chagas

www.instagram.com/sintiusurbanitarios/

www.facebook.com/urbanitariossantos

www.youtube.com/user/UrbanitariosSantos

(13) 99711-9388

SEDE - SANTOS
Rua São Paulo, 24/26, Vila Mathias
CEP 11075-330
Caixa Postal 564
Telefone: (13) 3226-3200

SUBSEDE DE REGISTRO
Rua Pariquera-Açu 174, Vila Tupi. CEP: 11900-000
Telefone: (13) 3821-3517
E-mail: comunicacao.sintius@gmail.com
Site: www.sintius.org.br

FINANÇAS

# Associados aprovam previsão orçamentária do Sintius para 2027

Os associados do Sintius que participaram da assembleia realizada em 5 de novembro, no mini-auditório da sede da entidade, em Santos, aprovaram, por unanimidade, a previsão orçamentária da instituição para 2027.

A apresentação dos dados foi feita pela secretária de Finanças, Rosana dos Santos Ferreira. O planejamento prevê despesas de R$ 2,359 milhões para o próximo ano.

Para estimar a maior parte das receitas necessárias ao cumprimento desses compromissos, o Sindicato utilizou como referência a arrecadação registrada em setembro deste ano, considerando o número de associados naquele mês.

Entre os valores de gastos previstos estão R$ 300 mil destinados à Colônia de Férias Ministro João Cleofas, em Caraguatatuba, para sanar as dívidas pendentes junto à Prefeitura e outros órgãos.

Vale destacar que a dívida existente no início da gestão, de R$ 450 mil, existente junto aos demais sindicatos proprietários da colônia foi totalmente quitada.

O orçamento também contempla outras despesas, como os custos relacionados ao processo eleitoral que será realizado no segundo semestre de 2027 para definir a composição da nova Diretoria e do Conselho Fiscal do Sintius (R$ 60 mil) e manutenções prediais (R$ 15 mil).

RICARDO SALES



O Sindicato projeta uma despesa de R$ 2,359 milhões no próximo ano

**Saldos**

Durante a assembleia, foi apresentado um detalhamento sobre os recursos financeiros mantidos pelo Sindicato. A entidade possui R$ 866.915,46 aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDB) na Caixa Econômica Federal (CEF), distribuídos em carteiras com destinações específicas.

Desse montante, R$ 803.234,16 correspondem à parte da entidade nos recursos relacionados à ação do ATS contra a Sabesp.

Outros R$ 52.463,28 são oriundos da venda de um veículo (Fiat Doblò), enquanto R$ 11.218,02 se referem à Contribuição Assistencial da Sabesp de 2026. Além dessas aplicações, o Sintius mantém saldo bancário no Banco do Brasil.

A secretária de Finanças também apresentou informações sobre os recursos da Fundação Cesp/Vivest que estão sob a guarda do Sintius. O valor destinado ao rateio é de R$ 84.008,47 e, com os rendimentos da aplicação financeira, o montante chegou a R$ 107.079,76.

## Sintius faz alerta sobre golpes praticados por falsos advogados

O Sintius alerta os trabalhadores sobre tentativas de golpe praticadas por pessoas que se passam por advogados da entidade para obter vantagens financeiras.

Desconfie de mensagens e ligações suspeitas. Confirme a autenticidade de qualquer solicitação antes de realizar pagamentos ou compartilhar informações pessoais. Em caso de dúvida, entre em contato pelo telefone (13) 3226-3200 ou pelo WhatsApp: (13) 99711-8329.



APOSENTADOS E PENSIONISTAS

# TST decide que aposentado da CPFL tenha plano de saúde nas mesmas condições dos ativos

A 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) rejeitou um recurso apresentado pela CPFL e pela Vivest e decidiu pela manutenção do plano de saúde de um eletricista aposentado nas mesmas condições oferecidas aos trabalhadores da ativa. O caso envolve uma diferença expressiva no custo da assistência médica após o fim do vínculo de emprego.

O aposentado, que mora em Botucatu (SP), trabalhou por 37 anos na empresa. Segundo informações do processo, ao ser desligado da companhia de energia, ele recebeu a informação de que poderia continuar com o benefício de assistência médica, desde que aderisse ao plano destinado aos aposentados.

Ao procurar a Vivest, esse companheiro descobriu que a mensalidade para ele e seus dependentes chegaria a R$ 6.735,00, além da cobrança de coparticipação. No plano que utilizava enquanto estava na ativa, o valor era de R$ 123,00. A mudança representaria um aumento superior a 5.000%.

O aposentado argumentou na Justiça que o custo do novo benefício era incompatível com sua renda mensal, de cerca de R$ 4 mil. Também sustentou que as condições oferecidas não respeitavam as regras legais sobre a continuidade da assistência médica para aposentados que contribuíram durante anos para o plano de saúde.

**Explicação técnica**

A CPFL e a Vivest acionaram o TST, insistindo que a Justiça do Trabalho não seria responsável por julgar a questão.

A ministra Morgana de Almeida, relatora do processo, explicou que, em geral, ações envolvendo planos de saúde administrados por entidades de autogestão são julgadas pela Justiça comum. Há, porém, uma exceção: quando o benefício está previsto no contrato de trabalho ou em acordo ou convenção coletiva, o caso pode ser analisado pela Justiça do Trabalho.

Nesse processo, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) concluiu que o direito discutido tinha origem direta na relação de emprego. Para modificar esse entendimento, seria necessário reexaminar fatos e provas, o que não é permitido nesse tipo de recurso ao TST.

Portanto, a 5ª Turma da corte rejeitou o recurso das empresas e manteve o entendimento de que a Justiça do Trabalho é competente para julgar a ação.




## Programa de saúde mental para idosos no SUS avança no Senado

A Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou, em 4 de novembro, o Projeto de Lei 127/2004, que cria um programa de saúde mental para pessoas idosas no SUS. A iniciativa prevê ações de prevenção, diagnóstico e tratamento de transtornos mentais.

O programa deverá priorizar pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e também contemplar os cuidadores.

De autoria do deputado André Janones (Rede-MG), a proposta segue agora para a análise da Comissão de Assuntos Sociais.



SABESP

# Sintius busca diálogo com nova gerência regional da Sabesp no Vale do Ribeira

A Diretoria do Sintius se reuniu no dia 29 de outubro com o novo gerente regional da Sabesp no Vale do Ribeira, João Paulo Gabrielli, para apresentar o trabalho desenvolvido pela instituição e estabelecer um canal de diálogo voltado à busca de melhorias para os trabalhadores da companhia na região.

O Sintius foi representado pelo presidente Tanivaldo Monteiro Dantas, pelo secretário geral Idylio Matheus Martins Santos e pelo secretário regional do Vale do Ribeira, Valmor Santos Bernardo Júnior.

O encontro teve caráter institucional e serviu para aproximar as duas partes, apresentar propostas e abrir espaço para futuras conversas sobre as demandas dos companheiros e companheiras da Sabesp na região. A iniciativa também reforça a disposição do Sindicato de buscar soluções por meio do diálogo com a empresa, antes de recorrer a outras instâncias.

Durante a reunião, os diretores do Sintius explicaram a atuação da entidade e a importância de manter uma relação aberta com a gerência regional, de modo que as questões relacionadas aos trabalhadores possam ser discutidas e encaminhadas.

Gabrielli, por sua vez, apresentou sua trajetória profissional na empresa. Com 24 anos de carreira na Sabesp, ele construiu sua experiência em diferentes funções até assumir a gerência regional no Vale do Ribeira.

BERNARDO JUNIOR



A reunião com João Paulo Gabrielli ocorreu no dia 29 de outubro

O Sintius pretende manter o diálogo com a nova gestão para acompanhar as questões de interesse dos empregados e contribuir para a construção de soluções para as demandas da categoria.

## Sindicato exige melhorias nas condições de trabalho

O Sintius apresentou aos representantes da CH da Sabesp reivindicações dos trabalhadores e cobrou soluções para problemas recorrentes nas unidades da companhia, durante reunião realizada no dia 20 de outubro.

Os diretores Ricardo Sales, Alexandre Dias e Valmor Bernardo apresentaram várias demandas, como manutenção de viaturas, ferramentas e equipamentos, e a adoção de medidas para controlar a temperatura nos ambientes de trabalho e evitar o superaquecimento dos equipamentos.

A Diretoria também destacou a necessidade de corrigir situações de desvio de função e adequar o quadro de pessoal às necessidades operacionais. A falta de trabalhadores pode sobrecarregar as equipes e provocar jornadas excessivas.

Outros pontos discutidos foram o reforço da segurança nas unidades diante dos registros de furtos, a maior agilidade do Centro de Operação e Controle (COC) quando acionado e a melhoria da comunicação interna para atender as ocorrências de forma mais rápida.

## TÚNEL DO TEMPO


ANO II
10 DEZEMBRO 2004
sintius@bignet.com.br
Jornal URBANITÁRIO
SINDICATO
SINTIUS 62 anos de lutas
CGT
Justiça determina reintegrar funcionário demitido na Cteep
Saiba como rolou essa história judicialmente

*Em novembro de 2004, a Diretoria do Sintius anunciava uma importante vitória ao garantir a reintegração do operador Pepe Lopez Soto ao quadro de funcionários da Cteep (atual ISA Energia Brasil), após quase 10 meses de uma demissão considerada arbitrária.*

*Essa medida injusta da empresa gerou uma grande mobilização da categoria e deflagração de greve. A pressão deu certo e resultou na reversão da demissão e o reconhecimento da legitimidade da cláusula 23ª do ACT, que assegurava a garantia de emprego dos empregados.*

SABESP

# Companhia se manifesta após indagações sobre Declaração de Conflito de Interesses

O Sintius obteve respostas da Sabesp a respeito do preenchimento da Declaração de Conflito de Interesses, apresentada recentemente aos empregados da companhia. A atuação sindical ocorreu imediatamente após diversos trabalhadores procurarem a entidade para manifestar dúvidas e preocupações sobre o alcance de algumas das informações exigidas no formulário.

Diante dos questionamentos da base, o Sintius enviou um ofício formal à empresa solicitando detalhamento sobre a finalidade da declaração, a forma de utilização dos dados fornecidos e os procedimentos adotados para a coleta.

O objetivo principal foi sanar as incertezas da categoria e assegurar garantias sólidas quanto ao tratamento seguro das informações prestadas pelos companheiros.

IMAGEM GERADA POR IA



Em resposta enviada ao Sintius, a Sabesp informou que a declaração integra seu Programa de Integridade corporativo. Segundo a empresa, o documento é um instrumento interno para identificar, prevenir e tratar eventuais situações que possam gerar confronto entre interesses particulares e as atribuições profissionais dos empregados.

Além disso, a companhia ressaltou que o procedimento é aplicado de maneira ampla e isonômica a todo o quadro funcional, em conformidade com suas diretrizes internas de integridade, transparência e gestão de riscos.

**Participação sindical**

Outro ponto crucial para a categoria diz respeito à participação dos empregados em entidades sindicais ou associativas. De acordo com o documento enviado ao Sintius, o simples fato de um trabalhador ser filiado ou atuar em um sindicato ou associação profissional não caracteriza conflito de interesses.

Portanto, a militância e a participação sindical não representam qualquer irregularidade e não configuram, sob hipótese alguma, situação de conflito perante as normas da empresa.

O Sintius continuará acompanhando de perto o desdobramento do tema e orientando os trabalhadores que ainda tiverem dúvidas no momento do preenchimento.

A entidade reafirma seu compromisso inabalável com a defesa dos direitos e da segurança jurídica da categoria.

# Eleição da CIPA será realizada nos dias 3 e 4 de dezembro

O processo eleitoral para escolha dos representantes dos trabalhadores da Sabesp na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA), gestão 2027, já tem calendário definido.

As inscrições dos candidatos poderão ser realizadas entre os dias 16 e 30 de novembro. A votação ocorrerá em 3 e 4 de dezembro.

O pleito será realizado por meio eletrônico. O formato tem como objetivo preservar o sigilo do voto e garantir a integridade do processo eleitoral. O edital de convocação será publicado até 13 de novembro.

Os companheiros eleitos participarão do treinamento obrigatório, programado para ocorrer entre 7 de dezembro e 5 de janeiro de 2027. A posse dos novos cipeiros está marcada para 6 de janeiro, quando terá início a nova gestão.

A participação dos companheiros da Sabesp na eleição da CIPA é fundamental para fortalecer a representação dos empregados e as ações de prevenção de acidentes no local de trabalho.

# Malha fina do IR: Sintius pede providências da Sabesp na Justiça

O Sintius segue firme na defesa dos trabalhadores e aposentados que tiveram problemas com a Receita Federal por conta das informações fiscais relacionadas ao acordo judicial com a Sabesp.

Após cobrança do Sindicato, a Justiça determinou, em 4 de novembro, que a empresa se manifeste em oito dias sobre a dificuldade de corrigir o problema por ela própria.

A companhia foi obrigada a apresentar uma planilha detalhada de cada trabalhador, com os valores recebidos e os dados necessários para a regularização do Imposto de Renda. Também deve informar à Justiça, a cada 15 dias, quais providências está tomando.

No entanto, a Sabesp apresentou novas justificativas, alegando dificuldades técnicas nos sistemas da Receita Federal e do eSocial.

Por essa razão, o Sindicato acionou a Justiça novamente e continuará exigindo uma solução para que nenhum trabalhador seja prejudicado.

EDITORIAL

# A conta do segundo mandato: tarifaço e privatizações colocam em xeque a gestão de São Paulo

Apenas três dias após a confirmação do resultado das urnas, no início de outubro, o governador Tarcísio de Freitas deu início a um pacote de medidas fiscais e tarifárias que atingem diretamente o bolso da classe trabalhadora.

Enquanto a propaganda oficial celebra a "eficiência", a realidade na ponta desmascara o discurso eleitoral: o arrocho veio sem demoras.

Para a Diretoria do Sintius, a velocidade com que o aumento de impostos sobre combustíveis, o reajuste de tarifas e a multiplicação de pedágios automáticos foram validados logo após o pleito comprova que o modelo privatista serve para garantir o lucro de grandes corporações enquanto pune quem trabalha.

IMAGEM GERADA POR IA



## Gasolina e gás mais caros

A primeira grande pancada no orçamento familiar foi sacramentada no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), com o aval do governo paulista para o aumento das alíquotas fixas do ICMS sobre combustíveis e consumo básico.

Com vigência definida para 1° de fevereiro de 2027, os reajustes em São Paulo serão de 11,1% para o óleo diesel (R$ 0,13 a mais por litro), 4,5% para a gasolina e etanol (R$ 0,07 a mais) e 4,8% para gás de cozinha (elevando a taxação fixa para R$ 1,54 por quilo).

Segundo análises técnicas, o encarecimento do diesel impacta diretamente no frete rodoviário e na logística de alimentos, gerando inflação em cadeia que corrói o poder de compra das famílias.

## Expansão de pedágios

O Governo Tarcísio aproveitou o feriado prolongado de Finados, logo após o segundo turno das eleições, para aplicar reajustes imediatos. Desde 1° de novembro, as tarifas do sistema eletrônico (*free flow*) das rodovias geridas pela Concessionária Novo Litoral (CNL), como a Rio-Santos, subiram 4,58%, fixando taxas como R$ 6,07, em Santos, e R$ 7,27, em Bertioga.

O contrato do Lote Litoral Paulista prevê a instalação abusiva de 15 pórticos de pedágio em um trecho de apenas 213,5 quilômetros das rodovias Padre Manoel da Nóbrega, Mogi-Dutra e Mogi-Bertioga.

Moradores do Vale do Ribeira e da Baixada Santista estão encurralados, pois irão enfrentar cobranças consecutivas para trabalhar ou buscar atendimento médico, sob pena de multa grave de R$ 195,23, se o pagamento via aplicativo atrasar.

## Saneamento em crise

Para quem trabalha no setor de saneamento, o colapso operacional da Sabesp vendida ao capital privado já é uma dura realidade. Diante da crise inédita de desabastecimento de água na região, o Sintius ajuizou, em outubro, uma ação civil pública contra a Sabesp e o município de Santos, exigindo auditorias e planos de contingência urgentes.

Essa medida tomada pela Diretoria foi o principal assunto da última edição do Jornal Urbanitário. A bronca ecoou na Câmara de Santos, onde vereadores enquadraram a concessionária.

O desmonte técnico decorre dos planos de demissão voluntária que esvaziaram o corpo de engenharia e operação local. Reparos urgentes antes resolvidos em minutos agora dependem de ordens burocráticas centralizadas na Capital, provocando torneiras secas por dias e o avanço de uma terceirização precarizada e perigosa.

## Segurança e educação em xeque

O autoritarismo se repete nas demais frentes. Na Segurança Pública, os dados oficiais da secretaria estadual desse setor apontam que as mortes decorrentes de intervenção policial (MDIP) saltaram consecutivamente na capital paulista, registrando 119 óbitos nos primeiros nove meses de 2022, 139 em 2023 e 176 em 2024, turbinadas pelas operações Verão e Escudo deflagradas na Baixada Santista e no Litoral Norte.

A resistência na utilização de câmeras nos uniformes dos policiais elimina a transparência e a segurança jurídica de trabalhadores e cidadãos periféricos.

Na Educação, o Governo Tarcísio mantém o ataque ao funcionalismo ao impor o uso massivo de plataformas digitais em substituição ao livro físico e ao tentar emplacar o maior número de escolas cívico-militares em detrimento de uma reestruturação linear do piso salarial docente.

Os primeiros dias do governador pós-reeleição deixam claro a quem o Palácio dos Bandeirantes serve. Entregar nossa água e nossos serviços essenciais para as bolsas de valores gera torneira seca na Baixada Santista, tarifaço e pedágios abusivos.

O Sintius não recuará nenhum passo. Os próximos quatro anos serão de resistência e enfrentamento em defesa dos direitos da classe trabalhadora!

CPFL PIRATININGA

# Sintius cobra melhorias na frota e plano de carreira no Diálogo Social

Representantes do Sintius participaram, em 14 de outubro, da reunião de Diálogo Social com a CPFL Piratininga, em Campinas. Entre os principais assuntos apresentados pelo Sindicato estavam a necessidade de veículos mais adequados para as equipes que atendem ocorrências na rede de média tensão e a criação de um plano de carreira que ofereça perspectivas de crescimento profissional para eletricistas e técnicos.

IMAGEM GERADA POR IA



O Sintius foi representado na reunião pelo secretário geral, Idylio Matheus Martins Santos; pelo secretário de Energia, Edison Fernandes Freitas, o Zebrão; e pelos diretores de base Wellington dos Santos e Luiz Fernando Almeida Coelho.

Os dirigentes destacaram que as equipes responsáveis pelas atividades do Grupo A (média tensão) precisam contar com equipamentos e veículos compatíveis com as condições operacionais encontradas no dia a dia. Uma das reivindicações foi a disponibilização de veículos equipados com cesto aéreo de menor porte para as equipes de manutenção.

A medida permitiria agilizar serviços realizados em postes, como a abertura e o fechamento de chaves, reduzir o tempo de atendimento aos consumidores e proporcionar mais segurança aos eletricistas.

**Valorização profissional**

Outro tema de destaque foi a situação do plano de carreira dos eletricistas e técnicos. O Sindicato criticou a estagnação e o achatamento salarial, que, em algumas situações, fazem com que eletricistas experientes recebam remuneração superior ao salário inicial previsto para a função de técnico.

Essa diferença acaba dificultando a migração entre as carreiras e pode impedir que profissionais participem de processos de recrutamento interno, mesmo quando possuem experiência e qualificação para assumir novas funções.

Como alternativa, o Sintius defendeu a criação de faixas contínuas de progressão profissional, incluindo possibilidades como a função de eletricista especialista.

A proposta busca reconhecer a experiência acumulada pelos trabalhadores e evitar a saída de profissionais qualificados para outras empresas do setor elétrico, como ISA Cteep e Enel.

## Diretoria quer maior transparência nos processos de Recrutamento Interno

Os diretores do Sintius também reivindicaram a possibilidade de acompanhar os processos de Recrutamento Interno (RI) da CPFL. A proposta é garantir a presença de um representante do Sindicato durante as seleções, contribuindo para a transparência dos procedimentos e reduzindo questionamentos sobre possíveis favorecimentos ou indicações direcionadas.

Outro pedido foi a inclusão de um representante do Sintius nas comissões responsáveis pela apuração de situações relacionadas ao Código de Ética e às regras de *compliance* da empresa.

Por fim, as condições de trabalho dos empregados que atuam nas agências de atendimento presencial também foram discutidas. O Sindicato chamou a atenção para a pressão e o desgaste enfrentados por esses profissionais, que lidam frequentemente com reclamações e manifestações de insatisfação dos consumidores, inclusive situações de agressividade verbal.

VIVEST

## Eleitos para os conselhos Fiscal e Deliberativo são empossados

Os companheiros eleitos para compor a gestão dos conselhos Deliberativo e Fiscal da Vivest no período 2026/2029 foram empossados nos dias 26 e 27 de outubro, na sede da instituição, na Capital.

A maior parte dos eleitos contou com o apoio do Sintius e do Pacto das Entidades e terá a responsabilidade de acompanhar de perto os rumos dos planos de previdência e defender o direito dos participantes.

Um dos conselheiros faz parte da nossa base: o ex-diretor do Sintius João Carlos Santos Pinto, eleito pelos beneficiários do PSAP/Piratininga, que tem como suplente Ronaldo do Amaral Marti.

NOVALUZ

## Trabalhadores começam a receber adicional por condução de veículos

Os trabalhadores da NovaLuz que acumulam atividades operacionais com a condução de veículos da empresa começaram a receber o adicional previsto no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), aprovado pela categoria em julho.

O adicional corresponde a 5% sobre o salário nominal àqueles que dirigem veículos leves e a 10% para quem conduz veículos pesados. O pagamento é exclusivo aos empregados que, além de desempenharem suas funções operacionais, também são responsáveis pela direção dos veículos da empresa.

A NovaLuz já efetuou o pagamento dos valores retroativos referentes a julho, mês em que o adicional passou a valer.

CONQUISTA HISTÓRICA

# Fim da escala de trabalho 6x1 prevê jornada de 40 horas semanais e dois dias de descanso

O Congresso Nacional promulgou, em 16 de outubro, a emenda à Constituição que estabelece o fim da escala de trabalho 6x1. A mudança prevê a redução do limite máximo da jornada semanal de 44 para 40 horas, com a garantia de dois dias de descanso remunerado para os trabalhadores, sem redução dos salários. Segundo estimativa do Ministério do Trabalho e Emprego, (MTE) cerca de 14,9 milhões de pessoas poderão ser beneficiadas pelas novas regras.

A alteração será implementada gradualmente. Dois meses após a publicação da emenda no Diário Oficial da União, o limite semanal de trabalho passará de 44 para 42 horas. Depois de mais um ano, a jornada máxima será reduzida para 40 horas. O novo modelo também prevê que um dos dias de repouso seja preferencialmente aos domingos.

A emenda determina, ainda, que cláusulas de acordos ou convenções coletivas incompatíveis com as novas regras deixarão de valer dois meses após a publicação. Durante o período de transição, os instrumentos coletivos poderão estabelecer ajustes na distribuição das horas de trabalho, desde que sejam respeitados os limites previstos e a garantia dos dois dias de descanso. A mudança não implicará redução proporcional das jornadas que já sejam iguais ou inferiores a 40 horas semanais.

SAULO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



A emenda constitucional foi promulgada pelo Congresso em 16 de outubro

### Tramitação no Congresso

A redução da jornada de trabalho foi uma das prioridades apresentadas pelo Governo Federal. Em 13 de abril deste ano, o presidente Lula assinou a mensagem que enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei sobre o tema. A proposta defendia a ampliação do tempo disponível para descanso, convivência familiar, lazer e qualificação profissional, além de apontar possíveis reflexos positivos na produtividade.

Durante a tramitação, o tema também foi tratado por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), aprovada nas duas Casas legislativas. No Senado, foram registrados 75 votos favoráveis e um contrário nos dois turnos de votação. Na Câmara dos Deputados, a matéria também recebeu apoio expressivo dos parlamentares.

### Impactos positivos

Levantamento do MTE identificou a jornada de trabalho de 44,7 milhões de pessoas no País. Desse universo, cerca de 14,9 milhões cumprem a escala 6x1.

Os dados também mostram que 38,6 milhões delas trabalham mais de 40 horas por semana. Desse total, 37,2 milhões cumprem jornadas de 44 horas, enquanto 1,4 milhão trabalham entre 40,1 e 43,9 horas semanais. Os impactos devem atingir diferentes atividades econômicas, com destaque para comércio, serviços, indústria e logística.

### Qualidade de vida e saúde

Além de ampliar o período de descanso, a redução da jornada busca melhorar as condições de saúde e bem-estar dos trabalhadores. Em 2024, o Brasil registrou cerca de 500 mil afastamentos relacionados a doenças psicossociais associadas ao trabalho, segundo os dados do Governo Federal.

## Novos associados

**Dilma Fernandes -** Pensionista/Sabesp
**Geni Loura de Souza Pupo** - Pensionista/Sabesp

## Falecimentos

**Iranildo José Guimarães - Falecido em 13/10/2026**
**Walmor Farias Filho -** Aposentado/Eletropaulo **- Falecido em 14/10/2026**
**Julieta Cabral Tavares -** Pensionista/Sabesp **- Falecida em 16/10/2026**
**Augusto Rodrigues de Abreu Branco - Falecido em 27/10/2026**

